



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079618110000798.000089/2025-43

ESTUDOS PRELIMINARES

Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
Objeto:	Contratação de empresa sob demanda especializada na prestação de serviços técnicos na área de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de modo a elaborar, cumprir, atualizar, coordenar e executar os itens abaixo descritos, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outras legislações pertinentes, para o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
Nº do Processo Administrativo:	9079618110000798.000089/2025-43

Diretrizes gerais para a contratação:

2.1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO; *

A contratação dos serviços técnicos especializados em Engenharia de Segurança, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional é indispensável para garantir o pleno atendimento à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como para assegurar a saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores que atuam no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo – CRCES. Trata-se de uma necessidade diretamente vinculada ao interesse público, uma vez que a Administração Pública deve zelar pelo cumprimento das normas legais,

pela integridade física de seus trabalhadores e pela continuidade dos serviços prestados à sociedade.

O arcabouço jurídico que fundamenta essa necessidade inclui o artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, a Lei nº 6.514/1977, a Portaria nº 3.214/1978, as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as NRs 5, 7, 9 e 17, além de obrigações previdenciárias previstas na legislação do INSS, que determinam a elaboração do LTCAT e do PPP. O cumprimento dessas normativas não é facultativo, sendo obrigação de todas as entidades que mantêm empregados, independentemente do porte ou da natureza da atividade.

A não implementação desses programas e laudos representa risco direto de responsabilização administrativa, civil e trabalhista, além de oferecer riscos consideráveis à integridade dos colaboradores. A identificação, avaliação e controle dos riscos ambientais, aliada à execução de exames médicos ocupacionais e à elaboração de documentos técnicos obrigatórios, são condições essenciais para garantir um ambiente de trabalho seguro, adequado e conforme às exigências legais.

No caso do CRCES, os serviços contratados permitirão não apenas a conformidade normativa, mas também a aplicação de medidas preventivas eficazes, redução de acidentes e doenças ocupacionais, diminuição do absenteísmo e mitigação de passivos trabalhistas. Além disso, contribuem significativamente para o cumprimento das diretrizes estratégicas institucionais nº 2 — “assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CRCES/CRCs” — e nº 13 — “atrair e reter talentos”.

Por essa razão, **trata-se de serviço de natureza comum, permanente e continuada, com impacto direto nas atividades finalísticas do Conselho**, sendo essencial para o funcionamento institucional. **Sua interrupção comprometeria a regularidade administrativa, a segurança dos colaboradores, o atendimento às normas legais e, conseqüentemente, a execução da missão do CRCES.**

Diante do exposto, evidencia-se que a contratação é imprescindível para atender ao interesse público, proteger a saúde dos trabalhadores, garantir a segurança jurídica da instituição e assegurar a plena continuidade das atividades desenvolvidas pelo Conselho.

2.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL;

Esta contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 v1 item 3.

2.3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

2.3.1. Os **serviços serão prestados sob demanda**, consistindo na elaboração/atualização dos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade, do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) / Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Avaliação ergonômica, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Promoção de Palestras Preventivas e Educativas para o bem estar e desenvolvimento dos funcionários da contratante,

Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial e todos os procedimentos e obrigações relacionadas à saúde e segurança do trabalho dos funcionários do CRCES.

2.3.2. A **solicitação dos serviços** será realizada **por escrito à CONTRATADA**, mediante **emissão de Ordem de Serviço**.

2.3.2.1 A **Ordem de Serviço** será encaminhada **por e-mail** à CONTRATADA com **antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos**, podendo, quando necessário, ser **reiterada ou complementada por outros meios de comunicação oficiais**, como **WhatsApp ou telefone**, de **segunda a sexta-feira**.

2.3.2.2 Os serviços deverão **atender aos padrões de qualidade profissional exigidos pelo CRCES** observando-se o **momento adequado de execução e os requisitos técnicos** definidos pelo setor demandante.

2.3.3. A contratada deverá cumprir fielmente as especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste termo;

2.3.4. A empresa contratada, para a prestação dos Serviços Especializados de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, deverá elaborar, implementar, cumprir, coordenar e executar os seguintes serviços de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

2.3.4.1. **PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL** trata, dentre outras ações, dos exames médicos ocupacionais, tais como: admissional, periódico, demissional, retorno ao trabalho e mudança de função.

Por meio deste, é possível controlar e promover a saúde de seus empregados, conforme estabelece a NR-7 (Norma Regulamentadora) do Ministério do Trabalho e Emprego. A empresa contratada deverá:

Realizar Visita técnica no edifício Sede CRCES para fins de coleta de dados que deverão compor a atualização do PCMSO.

Realizar os Exames Médicos Ocupacionais: Admissionais, Periódicos, Demissionais, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, sempre que solicitado pelo CRCES.

Realizar os exames médicos periódicos nas dependências do CRCES sempre que a quantidade for acima de 20 funcionários, mediante negociação de datas entre as partes para a devida prestação do serviço.

Atualização do Relatório Anual do PCMSO de acordo com a exigência da NR-7.

Assumir a Responsabilidade Técnica pelo PCMSO, aprovadas pelos órgãos fiscalizadores (DRT, Secretaria de Saúde, INSS, CRM e Ministério Público), com as taxas devidamente pagas.

Indicar a realização de exames complementares exigidos pela NR-7.

Prestar consultoria e assessoria contínua em medicina e segurança do trabalho referente às exigências legais e providências a serem tomadas.

Do detalhamento dos serviços:

a) O exame médico admissional será realizado obrigatoriamente antes

que o candidato a emprego no CRCES assuma suas atividades e compreende: História clínica e ocupacional, Exame físico geral e Exames complementares, caso seja necessário.

b) O exame médico periódico será realizado, obrigatoriamente, em todos os funcionários do CRCES e compreende: História clínica e ocupacional, Exame físico geral e Exames complementares, caso seja necessário.

Os exames médicos periódicos obedecerão aos intervalos discriminados:

Para os funcionários com faixa etária acima de 45 (quarenta e cinco) anos, os exames deverão ser anuais, ou a critério do médico coordenador ou encarregado;

Para os funcionários cujas idades se situem entre 18 (dezoito) e 45 (quarenta e cinco) anos, os exames deverão ser a cada 2 (dois) anos, ou a critério do médico coordenador ou encarregado.

c) Exame de retorno ao trabalho: São aqueles realizados no primeiro dia útil da volta ao trabalho de funcionários ausentes por período igual ou superior a 30 (trinta) dias ou a critério do médico coordenador, por motivo de doença, acidente, de natureza ocupacional ou não. Para a realização do exame de retorno ao trabalho será considerada principalmente a avaliação clínica, voltada para a patologia que motivou o afastamento do trabalho. Caso o médico coordenador ou encarregado constate que o funcionário não apresente condições de retornar ao trabalho, este será, imediatamente, reencaminhado ao INSS para reabertura do benefício.

d) Exame de mudança de função: A mudança de função é toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique na exposição do funcionário a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança. O exame de mudança de função será obrigatoriamente realizado antes da data de mudança. Para que seja concretizada a mudança de função, o funcionário deverá ser submetido aos exames complementares compatíveis com o novo risco ao qual estará exposto na nova função. Caso não haja alteração no risco, será submetido apenas ao exame clínico.

e) O exame médico demissional deve ser realizado obrigatoriamente até a data da rescisão contratual e compreende: Histórico clínico e ocupacional, Exame físico geral e Exames complementares necessários para avaliar danos provocados por agentes não constantes deste Anexo, conforme risco a que o funcionário foi exposto durante sua permanência no CRCES. Se durante a realização do exame médico demissional o funcionário for considerado inapto para a função que vem exercendo, o médico encarregado deverá comunicar para as providências que se fizerem necessárias. Se a condição de inapto for relacionada à doença ocupacional ou a acidente de trabalho, deverá ser feita emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT).

f) Avaliação Clínica – A avaliação clínica será realizada em caso de acidentes de trabalho, com emissão de parecer acerca da saúde do funcionário e demais casos a critério da Administração.

g) Exames Complementares - Exames complementares de audiometria e demais exames a critério do médico do trabalho, bem como os exigidos pela Norma regulamentadora NR-7.

2.3.4.2. PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS deve ser

desenvolvido nas dependências do CRCES visando preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores. O programa é regulamentado pela legislação federal por meio da Norma Regulamentadora NR-9 da Portaria 3214/78 e apoiada pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho. A empresa contratada deverá atualizar o PGR mediante as seguintes atividades:

Visita técnica na sede do CRCES para análise, identificação e monitoramento dos riscos no ambiente de trabalho;

Renovar o Documento do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, atendendo a IN 20/2007 do INSS que subsidia o preenchimento do PPP pelo CRCES.

Assumir Responsabilidade Técnica pelo PGR, aprovadas pelos órgãos fiscalizadores (DRT, Secretaria de Saúde, INSS, CRM e Ministério Público), com as taxas devidamente pagas.

Avaliar ações anuais realizadas por meio do PGR.

Medição dos agentes de riscos ambientais.

2.3.4.3. LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, deve ser elaborado por um engenheiro do trabalho, onde serão qualificados todos os agentes de riscos que possam existir no ambiente de trabalho do CRCES, sejam eles físicos, químicos, biológicos e ergonômicos e visa documentar a existência ou inexistência de aposentadoria especial. Prevê o controle da insalubridade/periculosidade através do levantamento dos riscos ambientais no local de trabalho e deve ser atualizado anualmente ou sempre que houver modificações de métodos e processos de trabalho, construções e reformas. Caberá a CONTRATADA fornecer como ações de LTCAT os seguintes serviços:

Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados;

Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos;

Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais;

Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial (INSS).

2.3.4.4 LAUDO OU ANÁLISE ERGONÔMICA um documento que mostra os riscos ERGONÔMICOS do objeto, do posto ou do profissional. A empresa contratada deverá emitir o laudo ou análise ergonômica conforme a seguir:

Identificar os riscos ergonômicos, bem como recomendar as intervenções e ou adaptações necessárias, seja no ambiente de trabalho do CRCEES, mobiliário, máquinas, equipamentos e ferramentas, ou nos processos de trabalho, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, além de preservar a saúde do trabalhador e em especial prevenir o acometimento das LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

2.3.4.5. CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES como objetivo a prevenção dos acidentes e das doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho

com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. A contratada deverá ministrar curso para os funcionários do CRCES que será ministrado por Técnicos de Segurança devidamente capacitados. A carga horária será de 20 (vinte) horas, devendo ser realizado nas dependências do CRCES, para funcionários indicados pela contratante conforme conteúdo programático mínimo a seguir:

CIPA: Organização e atribuições;

Noções sobre legislação trabalhista e previdenciária, relativas à segurança e saúde do trabalhador: NR 5, NR 6, NR 7, NR 9 e Lei 8213/91;

Princípios gerais de higiene do trabalho;

Estudo do ambiente de trabalho, das condições de trabalho e dos riscos ambientais;

Medidas de controle de riscos;

Noções sobre acidentes e doenças do trabalho: Causas e prevenção;

EPI – Equipamento de Proteção Individual: Tipos, indicação de uso e exigência legal;

Prevenção e combate a incêndio: Classes de incêndios, tipos de extintores e forma de uso;

Investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;

Inspeção de Segurança: Tipos e relatórios de Inspeção;

Noções gerais de prevenção à AIDS e noções gerais de Primeiros Socorros.

2.3.4.6. PPP – PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO - documento histórico laboral pessoal, com propósitos previdenciários para informações relativas à fiscalização do gerenciamento de riscos, para orientar programa de reabilitação profissional, requerimento de benefício acidentário e de aposentadoria especial, conforme determina a legislação previdenciária.

Caberá a CONTRATADA fornecer como ações do PPP os seguintes serviços:

Comprovar condições para que os trabalhadores do CRCES possam requerer benefícios da Previdência Social, especialmente o que se refere a aposentadoria especial.

Fornecer para o trabalhador prova produzida pelo empregador relativo as condições que o trabalho é realizado na empresa.

Mostrar para a Previdência Social uma possível condição nociva no trabalho que garanta ao trabalhador o direito à aposentadoria especial.

Prover o CRCES de meios de prova produzidos em tempo real, de modo a organizar e a individualizar as informações contidas em seus diversos setores ao longo dos anos, possibilitando que a entidade evite ações judiciais indevidas relativas a seus trabalhadores;

Possibilitar aos administradores públicos da Previdência Social e do MTE acesso a informações verdadeiras como fonte de estatísticas, para desenvolvimento de vigilância epidemiológica à saúde do trabalhador e definir medidas de segurança em esfera coletiva no CRCES.

O PPP deverá ser emitido sempre que solicitado pelo trabalhador, INSS

ou autoridade competente, em via única e sem necessidade de recibo.

2.3.4.7. PALESTRAS

Promoção de Palestras Preventivas e educativas para o bem-estar e desenvolvimento dos empregados da contratante, em número estimado de 01 (uma) palestra/ano, com carga horária mínima de 1 (uma) hora, com os temas ligados à Saúde do Trabalhador e Segurança e Medicina do Trabalho, sendo o tema a ser definido pelas partes. Os eventos, necessariamente, devem ser objeto de folha de frequência.

A palestra deverá ser realizada na sede do CRCES;

2.3.4.8. E-SOCIAL

Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial: assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes SST para a plataforma do eSocial, responsabilizando-se por eventuais equívocos e atrasos de envio a partir da contratação.

- O prazo para atendimento desse serviço é imediato à vigência do contrato de acordo com as normativas do eSocial.

- A CONTRATADA será responsável pelo envio dos eventos de saúde e segurança ao eSocial quando do período solicitado pelo CRCES. Os serviços serão de acordo com as descrições seguintes, respeitando os prazos legais determinados pelo Ministério do Trabalho e Previdência e as exigências do eSocial:

a) Evento S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos:

A CONTRATADA será responsável pela carga inicial das informações das condições ambientais de trabalho, indicando as condições de prestação de serviços pelo trabalhador, bem como para informar a exposição a agentes nocivos e o exercício das atividades descritos na “Tabela 24 – Agentes Nocivos e Atividades – Aposentadoria Especial” do eSocial.

b) Evento S-2210 - CONTRATADA será responsável pelo envio das informações referente a comunicação de acidente de trabalho (CAT);

c) Evento S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador – ASO:

A CONTRATADA será responsável pelo envio das informações referente aos exames admissional, demissional, periódico, retorno ao trabalho e mudança de função ou de mudança de risco ocupacional e dos exames complementares relativos ao monitoramento da saúde do trabalhador conforme o disposto nas Normas Regulamentadoras (NRs), sobretudo na NR-07 (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO) e presentes no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) do empregado.

O envio será por demanda, pois não serão necessariamente realizados exames todos os meses.

Quantidade de funcionários em 30/11/2025: 27 funcionários, conforme cargos e quantitativos detalhado.

Cargo	Quantidade de funcionários
Advogado	01

Assessor de Comunicação	01
Assessor de Planejamento e Contratações	01
Assistente Administrativo	12
Assistente Técnico – Contador e Administrador	03
Auxiliar Operacional	01
Coordenador de Setor	02
Diretor Executivo	01
Fiscal Contador	03
Operador de Sistemas	02
TOTAL	27

Os exames para emissão dos ASOs poderão ser realizados na sede do CRCES ou nas dependências da contratada, mediante acordo entre as partes.

Trata-se de contratação de serviço comum, com mão de obra sem dedicação exclusiva e fornecimento do material necessário, sob regime de empreitada por preço global.

A empresa a ser contratada deverá:

- Dispor de local para atendimento e realização dos serviços descritos;
- Estar apta ao atendimento de todas as demandas oriundas do e-social;
- Estar capacitada a oferecer o serviço de forma ininterrupta;
- Responder por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários incidentes sobre os valores contratados e decorrentes dos serviços prestados.

A empresa deverá ter unidade para a prestação dos serviços na cidade de Vitória - ES, próximo à sede do Conselho Regional de Contabilidade do ES, na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, uma vez que não é possível exigir que os funcionários se desloquem para outros municípios para a realização dos exames obrigatórios.

2.4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE; *

Para se estimar a quantidade de itens, foram levados em consideração o quantitativo de funcionários e os documentos necessários conforme determina a legislação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA ANUAL
------	-----------	--------------------

1.	Atualização do PCMSO	01
1.1.	Exames Clínicos – ASO (Admissional; Periódico; de retorno ao trabalho; mudança de trabalho e demissional).	40
1.2.	Avaliação Clínica	06
1.3.	Audiometria	01
1.4.	Palestra Anual sobre segurança no trabalho	01
2.	Atualização do PGR	01
2.1.	Avaliação de Iluminação (ilimitado)	01
2.2.	Medições de Ruído	02
3.	Atualização do LTCAT – Laudo técnico das condições ambientais de trabalho	01
4.	PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	06
5.	Laudo de Avaliação Ergonômica	01
6.	Treinamento para formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	01
7.	Gestão SST – Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial	60
TOTAL GERAL		

2.5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O CRCES não dispõe de profissionais habilitados para compor e operar um SESMT próprio, conforme exigências legais. Diante disso, foi realizada pesquisa de mercado, a qual evidenciou a existência de diversas empresas especializadas na área de Segurança e Medicina do Trabalho, aptas a atender às necessidades institucionais por meio da contratação **sob demanda** de serviços técnicos especializados.

As empresas analisadas demonstraram capacidade para executar as atividades obrigatórias previstas nas Normas Regulamentadoras aplicáveis, incluindo:

- Gerenciamento e atualização do **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR – NR-1 e NR-9)**;
- Elaboração e atualização do **Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)**;
- Execução, acompanhamento e gerenciamento do **Programa de**

Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR-7);

- Abertura e manutenção de **prontuários clínicos individuais**;
- Emissão do **Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)**;
- Realização de **audiometrias** e demais exames pertinentes.

A análise comparativa entre as opções disponíveis evidenciou que a contratação de empresa especializada apresenta **melhor relação custo-benefício** para a Autarquia Federal, garantindo conformidade legal, continuidade dos serviços e atendimento adequado às demandas do CRCES. Assim, conclui-se que a contratação terceirizada é a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, considerando a ausência de corpo técnico interno e a necessidade permanente desses serviços.

2.6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE; *

Conforme documentos acostados aos autos, o valor estimado da contratação é de R\$14.495,26 (quatorze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos).

Para fins de estimativa da presente contratação, procedeu-se consulta a contratos públicos similares e pesquisa direta com fornecedores, por meio de solicitação de proposta de preço por e-mail, cujo valor médio é apresentado acima.

A pesquisa está em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65/2021, realizamos a média dos orçamentos.

2.7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

2.7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa **especializada em Engenharia de Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional**, para prestação de serviços **sob demanda**, de forma contínua, visando assegurar a conformidade do CRCES com a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde no trabalho.

A empresa contratada será responsável pela execução, atualização, gerenciamento e entrega de todos os programas, laudos, exames e documentos previstos nas Normas Regulamentadoras aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a:

- **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR – NR-1 e NR-9);**
- **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);**
- **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR-7);**
- **Prontuários clínicos individuais dos servidores;**
- **Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);**
- **Audiometrias e demais exames ocupacionais previstos.**

A solução contempla, ainda, o acompanhamento técnico periódico para **monitoramento dos riscos**, realização de avaliações ambientais, emissão de pareceres técnicos, orientações para adequações ergonômicas (NR-17) e atendimento às demandas da Autarquia perante órgãos fiscalizadores, quando necessário.

Manutenção, Suporte e Assistência Técnica

Como se trata de serviço de natureza técnica especializada, caberá à contratada:

- Realizar **manutenção atualizada** dos programas e laudos, conforme exigências legais, alterações normativas e mudanças estruturais no ambiente organizacional;
- Garantir **suporte técnico contínuo** para esclarecimento de dúvidas, ajustes e intervenções necessárias;
- Disponibilizar equipe de profissionais habilitados (médico do trabalho, engenheiro de segurança, técnicos, fonoaudiólogo etc.), conforme demanda;
- Assegurar o **sigilo e a integridade das informações** médicas e ocupacionais dos servidores;
- Atender aos prazos estabelecidos para entrega de documentos, realização de exames e emissão de ASOs;
- Dar **assistência técnica** sempre que houver necessidade de revisões, auditorias internas, processos fiscalizatórios ou atualizações decorrentes de mudanças legais.

A solução, portanto, abrange todo o ciclo de gestão da saúde e segurança do trabalho do CRCES, garantindo continuidade, conformidade normativa e atendimento eficiente às demandas institucionais.

2.8 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO; *

A presente contratação **não deve ser parcelada**, considerando que os serviços de Engenharia de Segurança, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional são **interdependentes, complementares e integrados**, compondo um único escopo técnico necessário para o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e das Normas Regulamentadoras (NRs).

Programas como o **PGR, LTCAT, PCMSO, ASO e demais exames ocupacionais** possuem relação direta entre si e dependem de análise unificada dos ambientes de trabalho, das condições de risco e dos dados clínicos dos empregados. O parcelamento comprometeria:

- a **coerência técnica** entre os documentos e laudos emitidos;
- a **segurança jurídica** do Conselho perante fiscalizações do MTE e INSS;
- a **responsabilidade técnica**, que deve estar centralizada em profissionais habilitados vinculados a uma mesma empresa contratada;

- a **gestão integrada da saúde ocupacional**, que exige continuidade e rastreabilidade das informações.

Além disso, o fracionamento poderia gerar entraves operacionais, atrasos e incompatibilidades entre laudos emitidos por diferentes empresas, dificultando o atendimento às obrigações legais e aumentando o risco de inconsistências documentais.

Portanto, a contratação **deve ser realizada de forma unificada**, em lote único, garantindo economicidade, padronização técnica, confiabilidade das informações, maior eficiência na execução dos serviços e atendimento integral às necessidades do CRCES.

2.9 - RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS;

A contratação dos serviços especializados em Engenharia de Segurança, Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional visa alcançar resultados que garantam **economicidade, otimização de recursos e eficiência administrativa** no âmbito do CRCES.

Do ponto de vista econômico e financeiro, espera-se:

- **Redução de custos diretos e indiretos**, mediante a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, diminuindo afastamentos, indenizações e passivos trabalhistas;
- **Eliminação da necessidade de contratação pontual e fragmentada** de diferentes serviços, garantindo melhor relação custo-benefício por meio de um único fornecedor especializado;
- **Aproveitamento racional de recursos públicos**, evitando retrabalho, inconsistências documentais ou gastos adicionais com correções exigidas por fiscalizações do MTE e INSS.

Quanto aos recursos humanos, a contratação permitirá:

- **Melhor uso do tempo da equipe interna**, que deixará de executar atividades técnicas para as quais o CRCES não possui profissionais habilitados;
- **Apoio consultivo especializado**, oferecendo orientações precisas e atualizadas para decisões administrativas relacionadas à saúde e segurança no trabalho;
- **Ambiente laboral mais seguro**, contribuindo para maior produtividade, redução do absenteísmo e melhoria da qualidade de vida dos colaboradores.

No que se refere aos recursos materiais, espera-se:

- **Padronização e centralização de laudos, prontuários e programas** (PGR, LTCAT, PCMSO, ASO), garantindo maior controle, organização e rastreabilidade;
- **Diminuição de desperdícios** e uso mais eficiente dos insumos necessários à execução das rotinas ocupacionais.

Assim, a contratação proporciona um **resultado globalmente vantajoso para a Administração**, alinhado ao princípio da economicidade e à boa gestão dos recursos públicos, assegurando o pleno cumprimento das obrigações legais e a manutenção de condições adequadas de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

2.10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES;

A demanda será acompanhada pelo corpo técnico responsável devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite de proposta, recebimento dos itens, sua distribuição entre as áreas técnicas contempladas e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da compra pública.

2.11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Não há, no momento, outras contratações correlatas ou interdependentes diretamente vinculadas.

2.12 - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, QUANDO APLICÁVEL;

Para mitigar os impactos ambientais serão utilizados materiais descartáveis, quando for extremamente necessário, caso contrário será utilizado materiais não descartáveis como louças, copos, talheres, todos materiais em inox, vidro, porcelana etc.

A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços, devendo ainda estimular as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

Promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;

2.13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. *

Considerando o objetivo central da contratação, o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Entidade e que há recursos orçamentários suficientes à cobertura das despesas correspondentes, a equipe de planejamento, de acordo com o inciso XIII art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME, declara viável a contratação, diante dos

elementos consignados neste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, considera-se a contratação como tecnicamente viável e alinhada ao interesse público, justificando-se plenamente a sua realização.

Normativos que disciplinam o serviço a ser contratado:

[Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Decreto nº 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 7.174](#), de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

[Instrução Normativa SLTI nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, assim como a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras – NR – relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Do Acesso às Informações contidas nos presentes Estudos Preliminares:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

- ☒ As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.
- ☐ As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

São responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa os Estudos Preliminares da presente contratação os seguintes servidores:

Rodrigo dos Santos Sanz Matrícula 50 Membro da Equipe de Planejamento	Elaine Leopoldino Ferreira Matrícula 198 Membro da Equipe de Planejamento	Vanessa Covre Rangel Marques Matrícula 140 Membro da Equipe de Planejamento
Nome Matrícula	Nome Matrícula	Nome Matrícula



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Covre Rangel Marques, Coordenadora**, em 16/01/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Leopoldino Ferreira, Coordenadora**, em 19/01/2026, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo dos Santos Sanz, Coordenador**, em 20/01/2026, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1192269** e o código CRC **0C0EC70C**.